

Documentação  
 J.B. (Brasil)  
 Data: 20/4/2001 Pg. 4  
 Class.: 148

# Sudam financiou trabalho escravo

■ Cinco fazendas da Amazônia contempladas com recursos de incentivos fiscais submetiam empregados ao cativeiro

ABNOR GONDIM  
 Enviado especial

PALMAS – A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), afogada em fraudes de quase R\$ 2 bilhões, financiou fazendas na Amazônia acusadas de utilizar trabalho escravo desde a década de 80. Uma única vez foi preparada a aplicação da Resolução 8.728, que cancela empreendimentos envolvidos com “a utilização de mão-de-obra escrava ou a prática de subemprego assemelhado à escravidão”.

Desde a edição da resolução, em 25 de junho de 1998, pelo menos cinco fazendas financiadas pela Sudam foram autuadas por prática de trabalho escravo, informa levantamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade vinculada à Igreja Católica. Em março passado, 48 trabalhadores foram libertados da fazenda Rio Dourado, uma das beneficiadas com recursos da autarquia.

**Denúncia** – “O mais incrível é que muitos desses projetos receberam incentivos fiscais da Sudam, escravizaram seres humanos e seus proprietários estão soltos”, afirmou frei Henry des Roziers, advogado da CPT de Xinguara, no Sudeste do Pará, região que registra o maior número de casos de trabalho escravo no país. Ele encaminhou semana passada ao Ministério Público Federal uma relação de 49 empreendimentos em situação irregular. Oito projetos são alvos de denúncias de trabalho escravo.

Em alguns casos, a Sudam contemplou os fazendeiros acusados com novos financiamentos. Isso ocorreu com Tarley Helvécio

Alves. Em 1991, ele era gerente da fazenda Santo Antônio do Indaiá, em Ourilândia do Norte, Sudeste do Pará, onde a Polícia Militar libertou cerca de 100 trabalhadores. Em 1998, a Sudam aprovou financiamento de R\$ 2,980 milhões para a fazenda Caracol, cujos donos são o próprio Tarley e Fabiana Santos Alves.

**Escritório** – De acordo com listagem obtida pelo *Jornal do Brasil* sobre os projetos aprovados pela Sudam, o empreendimento de Tarley foi intermediado pelo escritório da AME – Assessoria Projetos e Contabilidade S/A, envolvido no escândalo das fraudes. O escritório pertence a Maria Auxiliadora Barra Martins, ex-diretora de Finanças da Sudam, apontada como uma das maiores fraudadoras. Ela foi uma das 27 pessoas que tiveram prisão preventiva decretada há duas semanas pela Justiça Federal. As ordens de prisão foram posteriormente revogadas.

As cinco fazendas que receberam dinheiro da Sudam, apesar de estarem na lista de 14 propriedades autuadas na Amazônia desde junho de 1998 pela Polícia Federal e pelo Ministério do Trabalho por utilização de trabalho escravo, são: Santa Luzia e Vale do Juruena, ambas em Nova Bandeirantes (Mato Grosso); Brasil Verde e Agropecuária Vale Bonito, em Sapucaia (Pará); e Rio Dourado, em Cumaru do Norte (Pará).

Os empresários autuados pelo grupo de fiscalização móvel do Ministério do Trabalho deverão ter seus projetos cancelados e ser obrigados a devolver os recursos recebidos da Sudam, conforme a Resolução de 1998. Em

junho do ano passado, a Sudam suspendeu a liberação de recursos para a empresa Vale Bonito Agropecuária. A assessoria da Sudam informou que os proprietários das fazendas Santa Luzia e Brasil Verde são sócios de projetos financiados pela Sudam.

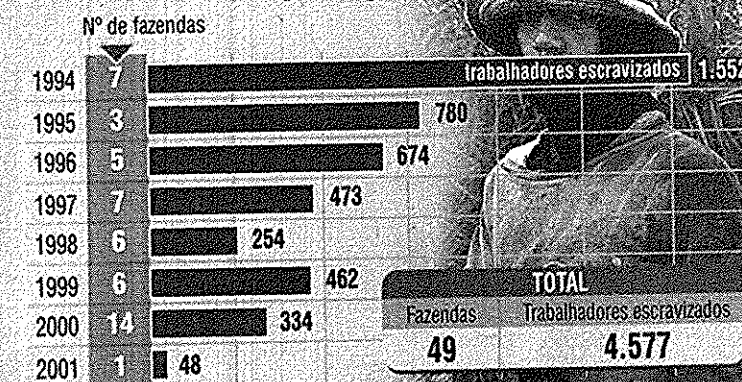
O interventor da Sudam, José Diogo Cyrillo, não quis comentar o assunto. Durante a visita que fez a Palmas, na semana passada, ele disse que as denúncias de trabalho escravo deverão ser apuradas pelo Ministério Público do Trabalho.

Desde 1995, quando o governo federal criou o grupo especial de fiscalização móvel, foram libertados 1.645 trabalhadores submetidos a escravidão em fazendas. Oito propriedades acusadas de submeter mão-de-obra ao cativeiro no período de 1969 a 1998 também receberam incentivos fiscais da Sudam, mas não foram autuadas pelo Ministério do Trabalho.

**Levantamento** – Essas fazendas são mencionadas em levantamento realizado pelo padre Ricardo Rezende Figueira, da CPT. A utilização de trabalho escravo é crime punido no Código Penal com pena de dois a oito anos de prisão. Segundo padre Ricardo, o levantamento inclui grandes grupos econômicos que receberam financiamento da Sudam para implantar fazendas na região.

O levantamento da CPT aponta como propriedade com maior número de casos de trabalho escravo a fazenda Vale do Rio Cristalino, no Pará, pertencente à Volkswagen. A montadora sempre contestou as denúncias, alegando que não foram abertos inquéritos policiais.

## Os números da exploração



Fonte: Comissão Pastoral da Terra e Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho

## Verba foi desviada para campanha

PALMAS – Em depoimento à Polícia Federal, o corregedor da Secretaria da Fazenda de Tocantins, Rodrigo Aranha Lacombe, disse que, em 1999, recebeu denúncia de que a família Soares, aliada política do presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), havia criado quatro empresas de fachada no Pará para financiar campanhas eleitorais com dinheiro recebido da Sudam.

Rodrigo Lacombe contou ter recebido a denúncia de uma coletora da Secretaria da Fazenda identificada apenas como Eliana. “Um comerciante de Paraíso do Tocantins, em conversa com a coletora Eliana, informou que Romildo Onofre Soares faz parte de um esquema de desvios de verbas da Sudam no estado do Pará, para repassá-las às prefeituras ligadas ao grupo do senador Jader Barbalho”, afirmou.

O depoimento do corregedor confirmaria informação obtida pela Polícia Federal com uso de

escuta telefônica. Na transcrição de uma gravação feita às 9h30 de 21 de setembro do ano passado, às vésperas das eleições municipais, o procurador das quatro empresas, Romildo Onofre Soares, irmão do empresário José Soares Sobrinho, ex-vice-prefeito de Altamira, diz a Benjamin Bispo da Silva: “O negócio é o seguinte: esse dinheiro tem que sair antes da campanha, porque uma parte dele eu arrumei para a campanha, entendeu? Um pouquinho eu arrumei para a campanha, então é certeza que, se chegar esse documento lá (na Sudam) hoje, é certeza que até terça nós libera...”

O delegado federal Hélio Dias Leite, responsável pelo inquérito das fraudes na Sudam, pretende investigar se os recursos liberados para os projetos irregulares da Refrigerantes Xuí, Paraíso Agroindustrial e Frango Líder abasteceram campanhas eleitorais. Ele tem informações de que os Soares compraram

cestas básicas e as distribuíram em Altamira, além de terem pago o cachê de cabos eleitorais.

Os projetos não foram além de galpões construídos no distrito industrial de Paraíso do Tocantins, apesar de terem recebido R\$ 2 milhões dos R\$ 14,2 milhões previstos para os empreendimentos. Os sócios das empresas eram laranjas dos irmãos José Soares Sobrinho, Sebastião Soares e o próprio Romildo Onofre Soares.

A revista *Época* publicou uma fotografia do senador Jader Barbalho almoçando com o empresário José Soares Sobrinho, durante a campanha do prefeito de Altamira, Domingos Juvenil (PMDB). O jornalista Luiz Terra, assessor de Jader, afirmou que o almoço da fotografia publicada ocorreu em uma churrasceria. Ele acrescentou que, desde a década de 80, o aliado do presidente do Senado em Altamira, é Domingos Juvenil, e não José Soares Sobrinho. (A.G.)

Foto: Ismar Ingber/Arte JB  
 (Sudeste do Pará)